

Metade dos servidores do IBGE já teria condições de se aposentar dentro de dois anos

Por Ana Conceição | De São Paulo

Nos próximos dois anos, cerca de 50% dos 1,5 mil servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já teriam direito a se aposentar, o que torna urgente a recomposição do quadro de profissionais do órgão. O IBGE é responsável por pesquisas socioeconômicas que balizam desde a tomada de decisões de política econômica até a repartição de recursos públicos entre municípios e Estados, entre outras atribuições. "Esse é o maior problema do IBGE hoje", afirmou o presidente do instituto, Roberto Olinto.

O IBGE está fazendo um levantamento do número de servidores necessário. Olinto estima que ele gire em torno de 4,5 mil a 5 mil. "Talvez um pouco mais." Em dois anos, o órgão perdeu 1,8 mil profissionais e repôs apenas 500. Há um pedido para a contratação de outros 1,8 mil. "Queríamos fazer uma política de retenção, mas é

preciso que sejam liberados concursos", diz. O órgão também enfrenta um problema de envelhecimento do quadro de pessoal. Algumas atividades, como as da área de geociência, exigem vigor físico, exemplifica.

Além disso há a questão da qualidade. O IBGE tem um número limitado de pessoal de nível superior que pode admitir via concurso. A necessidade de pessoal com ensino médio tem caído por causa de fatores como o uso de novas tecnologias. Seria preciso, portanto, não só aumentar o quadro, mas mudar seu perfil. "Queremos mais concursos que exijam curso superior. Precisamos de economistas, contadores, sociólogos, matemáticos, estatísticos. É fundamental ter esse tipo de profissional", diz.

O aumento de pessoal qualificado é necessário para ampliar e renovar pesquisas estruturais, como a de orçamento familiar (POF), que serve de base para a ponderação do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (IPCA), que mede a inflação oficial do país. Sem recursos, contudo, esses levantamentos não têm sido feitos em seus prazos normais. A POF, por exemplo, deveria ir a campo a cada cinco anos, mas foi realizada em 2008/2009 e agora em 2017/2018, quase dez anos depois. O IPCA poderá ser 'reponderado' pela nova versão da pesquisa em 2019.

A não realização da POF no prazo correto fez o país perder um ciclo histórico de informações, sobre a cesta de consumo do brasileiro no período pós-crise 2008/09. O órgão estuda a realização de uma POF Contínua, uma pesquisa estrutural feita ao longo de todo o ano, como a Pnad Contínua, que visita 70 mil domicílios por mês. Mas, mais uma vez, a falta de pessoal é um dos entraves.

O Censo Populacional 2020, que tem custo de R\$ 3 bilhões, deve ser feito no prazo. Uma parte pequena dos recursos foi liberada neste ano, mas a maior parcela deve entrar na conta do IBGE em 2020. Cerca de





90% dos custos vão para contratação de pessoal, 300 mil temporários que trabalham de três a quatro meses.

As novas tecnologias e treinamentos podem baratear esses grandes levantamentos. Foi o que ocorreu com censo agropecuário. Ainda assim, a questão orçamentária se impõe. Pela primeira vez, o IBGE tem no Congresso Nacional um assessor parlamentar para defender interesses do órgão.

Na próxima semana, o instituto fará um seminário em Brasília com o objetivo de convencer os parlamentares sobre a importância de reservar recursos para pesquisas e pessoal. As demandas muitas vezes saem do Ministério do Planejamento, a quem o órgão é vinculado, e "morrem" no Congresso.

Durante palestra na Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) realizada em São Paulo, o presidente do IBGE afirmou que o órgão ficará atento à disseminação de notícias falsas envolvendo dados da instituição durante o período eleitoral.

O aumento dos canais de "produção" de informações, como as redes sociais, tem exigido uma comunicação mais clara das instituições públicas, que hoje também têm o trabalho de combater as chamadas "fake news", disse. "Institutos oficiais, não oficiais, rede sociais, WhatsApp, tudo isso gera informação. E temos que nos apresentar como um órgão de confiança", afirma Olinto. A disseminação das fake news afeta o órgão, diz.

"Volta e meia, sai uma notícia associada a uma questão econômica social e o IBGE está envolvido. Temos respondido sistematicamente qualquer comentário", disse. É uma situação que deve se intensificar com as eleições deste ano. "Vamos atacar o mau uso da informação."

Um dos desafios, diz, é a informação chegar corretamente e de forma compreensível ao cidadão comum. Ele cita, em tom de brincadeira, as reações às taxas do IPCA: "50% das pessoas acham que o IPCA é errado, porque a inflação que elas percebem na sua casa não é aquela".

Arrecadação sobe, mas liberação de gasto é incerta

Por Edna Simão | De Brasília

Apesar da expressiva melhora na arrecadação de impostos no primeiro bimestre, a equipe econômica ainda avalia se será possível autorizar novos gastos devido aos "riscos fiscais que ainda estão no radar". Diante das incertezas sobre como ficará o projeto final da reoneração da folha de pagamento, assim como da própria privatização da Eletrobras, uma fonte ouvida pelo Valor informou que a expectativa, no momento, é de que o orçamento não seja descontingenciado na próxima semana. Além disso, o teto de gasto também limita liberações, mesmo com o aumento das receitas. Mas a decisão ainda não estaria fechada.

Como informou ontem o colunista Ribamar Oliveira, os dados preliminares indicam que a arrecadação de fevereiro superou todas as expectativas e teve alta real de mais de 10%, após ter subido outros 10% no primeiro mês do ano. No entanto, a maioria das medidas anunciadas pela área econômica no ano passado para melhorar as receitas e reduzir despesas dependem do Congresso Nacional, que tem resistido em aprovar propostas impopulares em ano de corrida eleitoral.

Esse é o caso da reoneração da

folha de pagamento. O governo queria reduzir o benefício para conseguir uma receita adicional. Atualmente, 56 setores e produtos se beneficiam da desoneração.

Mas o projeto foi desvirtuado pelo relator da matéria na Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que pretende manter o benefício para vários setores. Por isso, ainda não há acordo para votação. Com as mudanças no texto proposto pelo Executivo, a estimativa inicial de arrecadação do governo com a reoneração de R\$ 8,3 bilhões foi reduzida e, atualmente, está em R\$ 6 bilhões, que dificilmente será atingida.

No caso da privatização da Eletrobras, o governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões, mas depende de aprovação de PL no Congresso Nacional. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse recentemente que é preciso ter uma confiabilidade no cronograma, o que será reavaliado em julho. Enquanto isso, o recurso ficará bloqueado em uma reserva de contingência. O governo ainda tenta, por exemplo, derrubar liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu o adiamento do reajuste dos servidores públicos e a elevação da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% para um fôlego a mais reduzindo

gastos e aumentando a receita.

Ontem foi realizada uma reunião da Junta de Execução Orçamentária que teve a participação dos ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Oliveira (Planejamento) e Eliseu Padilha (Casa Civil). Um técnico da área econômica informou que ainda há riscos fiscais e, na avaliação dele, não deverá haver desbloqueio de recursos para novos gastos. Um outro, no entanto, disse que nada está fechado sobre o assunto, porque a área econômica ainda não tem todos os dados para concluir a reavaliação bimestral de receitas e despesas primárias. O governo tem até o dia 22 para divulgar o documento.

Em fevereiro, o ministro do Planejamento anunciou o bloqueio de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento de 2018 para assegurar o cumprimento da meta de resultado primário do ano. Porém, já havia uma folga. Ontem, o Prisma Fiscal, divulgado pelo Ministério da Fazenda, reforçou essa margem. A previsão de déficit primário do governo central para este ano caiu de R\$ 149,186 bilhões para R\$ 139,132 bilhões. Caso a previsão se concretize, o governo cumprirá com folga a meta do ano, já que o Congresso autorizou para este ano déficit de até R\$ 159 bilhões nas contas públicas.

Governo desiste de desbloquear Orçamento até o fim do mês

Mesmo com alta na arrecadação, para equipe econômica, há incertezas no campo fiscal

MARTHABECK

-BRASÍLIA- A equipe econômica desistiu de fazer um desbloqueio no Orçamento de 2018 até o fim do mês. Depois de reunião da Junta Orçamentária (composta pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil) ontem, os integrantes do governo avaliaram que, apesar de a arrecadação no primeiro bimestre do ano ter ficado bem acima das expectativas — superando R\$ 10 bilhões — ainda há incertezas sobre o cenário fiscal que exigem cautela em relação à liberação de gastos.

A Junta também discutiu, de forma preliminar, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2019, que precisará explicar como será cumprida a regra de ouro (pela qual o governo não pode emitir dívida para pagar despesas de custeio, como salários). Os cálculos da área econômica apontam um desequilíbrio previsto de R\$ 200 bilhões na regra de ouro do ano que vem. Por isso, várias alternativas para cobrir essa diferença estão em estudo.

Uma delas é rever a projeção para a meta fiscal de 2019, hoje fixada num déficit primário de R\$ 139 bilhões. Ela não seria

modificada, mas diante de um quadro mais favorável de receitas (devido ao crescimento da economia, por exemplo), a estimativa de rombo incluída no PLDO de 2019 seria menor. A sobra poderia reduzir o descasamento da regra de ouro. Isso seria explicado na proposta.

DESAFIO É RESOLVER REGRA DE OURO EM 2019

Este ano, o governo fez um bloqueio de despesas de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento em fevereiro. Uma parte desse valor — R\$ 8 bilhões — foi decorrente da incerteza em relação à concretização da privatização da Eletrobras.

Como a arrecadação em janeiro e fevereiro ficou acima do esperado, alguns técnicos da equipe econômica defendiam que havia espaço para desbloquear uma parte desse valor — cerca de R\$ 5 bilhões — até o dia 20 de março, quando será publicado um novo relatório de avaliação de receitas e despesas. No entanto, prevaleceu o argumento de outra parte da equipe, de que é melhor esperar um pouco mais a evolução da situação fiscal do ano, especialmente considerando que há incertezas no horizonte.

— É mais eficiente a estratégia de aguardar e ir liberando os gastos aos poucos. Seria mais doloroso liberar os R\$ 8 bilhões da Eletrobras de uma vez e depois ter que bloquear

de novo — disse um técnico da área econômica. Além de prever um aumento de gastos com a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, o relatório bimestral deve trazer uma reavaliação dos desembolsos com a Previdência Social.

Segundo os técnicos, o governo havia revisado para baixo as despesas com o pagamento de benefícios em parte por causa do reajuste menor do salário mínimo em 2017. Essa economia foi estimada em R\$ 7 bilhões, mas segundo um integrante da área econômica, a conta pode ser sido excessivamente otimista. Outra incerteza está na postergação do aumento do funcionalismo, que daria uma economia de R\$ 4,4 bilhões em 2017.

Essa proposta foi apresentada e suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado e aguarda julgamento do mérito na Corte. Os próprios técnicos do governo admitem que quanto mais tempo se passar, menores serão as chances de o governo vencer a disputa, pois os servidores já começaram a receber o aumento no contracheque.

O PLDO de 2019 — que traz as diretrizes para a elaboração do Orçamento do ano que vem — precisa ser encaminhado ao Congresso até 15 de abril. No





momento, o maior desafio é definir o que fazer com a regra de ouro. Nos últimos anos, a saída foi recorrer a devoluções antecipadas de recursos aportados no BNDES para evitar o descumprimento.

Em 2019, já se sabe que isso não será possível, e a equipe econômica tem rombo superior a R\$ 200 bilhões em despesas que não poderão ser cumpridas dentro da norma. Além de ajustar o cenário para o resultado primário, o governo também estuda prever uma fatia dos gastos como “despesa contingente” na LDO de 2019.

Elas ficariam condicionadas à aprovação, no Congresso, de um projeto que permita uma exceção à regra de ouro, com liberação de crédito no valor necessário para cobrir descasamento. A previsão de uma rubrica contingente já foi utilizada outras vezes, mas pelo lado da receita, como para a criação da CPMF ou a privatização da Eletrobras, por exemplo.

PAUTA INÉDITA NO CONGRESSO

Para que qualquer discussão sobre a regra de ouro seja levada ao Congresso, o Legislativo terá antes que discutir qual será o procedimento de votação. A pauta é inédita. A regra de ouro está na Constituição, que se limita a dizer que fica vedada a realização de operações de crédito superiores aos investimentos. É uma forma de impedir que o governo se endivide para pagar gastos correntes.

No entanto, há uma exceção. Em caso de desequilíbrio, o governo pode autorizar gastos com créditos suplementares ou especiais. Mesmo assim, há temor de que o Tribunal de Contas da União (TCU) não aceite que o governo encaminhe ao Congresso um Orçamento com desequilíbrio na regra de ouro e, depois, simplesmente apresente em 2019 um projeto de crédito extraordinário para fechar o número. Por isso, o que se quer é aprovar a proposta com a previsão de despesa contingente ainda em 2018.

Reoneração da folha deve render só R\$ 3 bi

Governo esperava arrecadar R\$ 9 bi, mas Congresso mantém benefícios, e projeto atrasa

-BRASÍLIA- O governo estima que a arrecadação com a reoneração da folha de pagamento das empresas cairá dos R\$ 9 bilhões previstos inicialmente para R\$ 3 bilhões neste ano. A projeção considera a queda na receita pela inclusão, pelo Congresso Nacional, de mais setores que permanecerão desonerados no projeto de lei que trata do assunto.

A conta inclui ainda o fato de que a tramitação da proposta da reoneração está atrasada e, portanto, qualquer mudança só deve valer a partir do segundo semestre, de acordo com o cenário mais otimista. Para que tenha efeitos na segunda parte do ano, o projeto precisa ser aprovado até abril na Câmara e no Senado. A lei exige que se obedeça uma noventena (período de 90 dias) para que a mudança entre em vigor, após a sanção. Para 2019, a arrecadação do ano todo ficaria próxima de R\$ 6 bilhões.

**PELO PROJETO, ISENÇÃO
TERMINA EM 2019**

A previsão menor de receitas tem

relação sobretudo com a decisão do relator do projeto na Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), de incluir pelo menos mais 15 setores na conta dos que poderão permanecer com o benefício fiscal. A proposta defendida pela equipe econômica reverteria a desoneração da folha de pagamento para cerca de 50 setores.

E deixaria seis de fora : transportes rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros, empresas jornalísticas, construção civil e construção de obras de infraestrutura. Entre os segmentos que o relator quer incluir estão calçados, móveis, telemarketing, tecnologia da informação e empresas estratégicas de defesa. A intenção é que a votação ocorra na semana que vem, após semanas de adiamentos.

Um dos entraves para o andamento da proposta de reoneração que está no Congresso é um item que foi incluído pelo relator a pedido do governo no parecer preliminar e que estabelece que a desoneração acabará para todos os setores em 31 de dezembro de 2019. Entre os parlamentares, a pressão é grande para que isso seja retirado do texto. (Bárbara Nascimento)

Governo adia desbloqueio do Orçamento

Apesar do aumento da arrecadação, opção foi por cautela, já que ainda há riscos fiscais no radar

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

O governo federal preferiu a cautela e decidiu não fazer neste momento um desbloqueio de recursos do Orçamento. Apesar da forte arrecadação nos primeiros meses do ano, a Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado que reúne os ministros da Fazenda, Planejamento e Casa Civil, avaliou ontem que há muitos riscos fiscais ainda no radar. Foi uma medida preventiva, disse um integrante da equipe econômica. A expectativa inicial do governo era que havia espaço para uma liberação pequena "bem abaixo" de R\$ 10 bilhões, disse outra fonte da equipe econômica.

Em fevereiro, o governo bloqueou R\$ 16,2 bilhões de despesas. Mas o bloqueio efetivo é de R\$ 8 bilhões. O restante corresponde a uma espécie de "reserva" com base na expectativa ainda incerta de privatização da Eletrobrás. No caso de a privatização não ocorrer, o governo já teria bloqueado as despesas para compensar a frustração com a venda, que

enfrenta forte resistências no Congresso. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, uma das preocupações é que não se sabe ainda a necessidade de recursos para bancar a intervenção federal no Rio de Janeiro.

O governo vai aumentar os recursos para o Ministério da Defesa, mas há também pressão política para uma transferência direta de recursos para o Rio. Com a explosão do número de refugiados venezuelanos, o governo de Roraima também quer socorro do governo federal para resolver o impasse. O porta-voz é o senador Romero Jucá (MDB-RR), líder do governo no Senado. Com a arrecadação surpreendendo positivamente, o governo queria fazer um desbloqueio das despesas agora já no início do ano.

A junta em reunião ontem avaliou as condições para a liberação do Orçamento da União até o fim do mês, quando o governo é obrigado a enviar ao Congresso Nacional o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. A decisão foi esperar mais um pouco para aguardar a evolução das receitas extraordinárias. Nesse caso, poderá ser editado um relatório extemporâneo ou esperar o próximo relatório bimestral em junho.

PATRIMÔNIO »

União põe à venda 28 imóveis no DF

Ofertas devem ser feitas até 17 de abril. Os interessados poderão escolher entre 21 apartamentos e sete lotes. Os preços chegam a R\$ 7,4 milhões

» HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

O governo federal pretende vender 28 imóveis e terrenos no Distrito Federal até 18 de abril. São 21 apartamentos — 14 na Asa Norte e sete na Asa Sul — com preços que variam de R\$ 592 mil a R\$ 1,38 milhão. Os domicílios têm de dois a quatro quartos, com áreas que variam de 84,73m² a 169,03m². Além disso, haverá oferta de sete lotes no Lago Sul e no Guará II, com valores de R\$ 1,28 milhão a R\$ 7,39 milhões. As áreas dos terrenos são de 540m² a 800m².

Os interessados precisam apresentar as propostas em envelopes. Em 18 de abril, ganhará quem ofereceu a maior quantia. É preciso fazer uma caução de 5% do preço mínimo do imóvel. Se o

interessado tiver a proposta vitoriosa, o pagamento será abatido da oferta final. Podem participar da concorrência pessoas físicas e jurídicas e em consórcio, com exceção de servidores do Ministério do Planejamento.

O pagamento precisa ser feito à vista, com recursos próprios ou por meio de financiamento imobiliário do comprador. As visitas aos imóveis deverão ocorrer até 17 de abril. Tudo precisa ser agendado e acertado pelo telefone (61) 2020-1904 ou pelo e-mail vendaspu@planejamento.gov.br.

O edital foi lançado ontem no Diário Oficial da União pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento. A intenção da pasta é reduzir custos do governo e aumentar a arrecadação com bens desocupados. Somando todos as propriedades, o valor mínimo é de R\$ 39,49 milhões. No último edital, em maio do ano passado, foram ofertados 25 imóveis, gerando arrecadação de R\$ 15,7 milhões ao Executivo — 56% do total previsto.

Apenas sete apartamentos e uma casa foram comprados.

O secretário Sidrack de Oliveira Correia Neto, da SPU, afirmou que, no ano passado, o país passava por um momento “complicado” na economia, mas houve arrecadação de mais da metade do esperado. “Neste ano, selecionamos alguns imóveis para colocar no mercado e mesclamos com terrenos. Agora, a economia está saindo da recessão”, ponderou. Segundo ele, há um número considerável de casas em más condições. “Temos equipe trabalhando em vários estados para identificar o que precisa ser feito para agradar ao comprador ou a alguém que tenha interesse em fazer (as correções)”, explicou.

Correia adiantou que deverá lançar, até 20 de abril, pelo menos, mais dois editais. O órgão estuda oferecer mais imóveis em Brasília. A expectativa é de que também tenha lançamentos no Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, podendo chegar a nove editais em 2018.